

VLADIMIR LENINE TEIXEIRA RIBEIRO

MUSEU DA CIDADE DE FORTALEZA

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Roberto Castelo

Fortaleza

2009

A meu filho Pável, a Marília e
a Nogueira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A Nogueira, Pedro, José Augusto e Mara por sua ajuda indispensável nos momentos em que parecia impossível contornar os entraves da burocracia universitária.

A Fátima por atenuar com docilidade e delicadeza as fases difíceis por que passei ao longo de minha trajetória no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Aos professores Alexia Brasil, Ricardo Bezerra e Zilsa Santiago pelo apoio na conclusão deste TFG.

A Roberto Castelo, meu mestre, pelo carinho e a forma apaixonada de partilhar seu vasto conhecimento.

A todos os integrantes do Grupo de Estudos sobre o Patrimônio Cultural – Pater pelas discussões estimulantes e o rico convívio intelectual.

A Francisco e José Nasser Hissa pelas oportunidades profissionais confiadas a mim ao longo de quase sete anos de parceria.

A Dona Vandete, minha mãe, cuja sensibilidade marcou de modo indelével a minha forma de compreender o mundo e, portanto, a arquitetura.

A minha esposa Marília por sua compreensão, amor e assistência nas horas cruciais.

Fábula de um arquiteto

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e teto.

O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.

2.

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.

Onde vãos de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até refechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

(João Cabral de Melo Neto)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da cidade de Fortaleza e subúrbios (1888), por Adolfo Herbster Fonte: arquivo pessoal	9
Figura 2: Foto da Praia de Iracema nos anos de 1930 Fonte: Arquivo Nirez.....	11
Figura 3: CDMAC e o seu entorno Fonte: Projeto Design, n.233, jun/1999, p.60-67 in BARBOSA (2006).....	14
Figura 4: Foto aérea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e dos edifícios próximos. Fonte: autoria desconhecida	15
Figura 5: Maquete eletrônica do Oceanário de Fortaleza, cuja obra se encontra atualmente prestes a ser licitada pelo governo estadual. Fonte: Escritório de Arquitetura de Leonardo Fontenele	16
Figura 6: Foto aérea da área de intervenção. Fonte: Gentil Barreira.....	17
Figura 7: Estudo da altura das edificações no entorno da área de intervenção.	18
Figura 8: Estudo da cronologia das edificações no entorno da área de intervenção.	19
Figura 9: Mapa de acessibilidade - área de intervenção e entorno.....	21
Figura 10: Implantação do Museu da Cidade no terreno.	24
Figura 11: Corte longitudinal simplificado.	25
Figura 12: Pré-dimensionamento estrutural.	25
Figura 13: Estudo das condições bioclimáticas.....	26
Figura 14: Recuos entre a parede de vedação externa e o bloco de exposições.....	27
Figura 15: Croqui esquemático da concepção do átrio central.....	27
Figura 16: Circulação de acesso ao auditório (nível 0,00m).....	28
Figura 17: Vista da clarabóia.....	28
Figura 18: Croqui esquemático da relação entre o Museu da Cidade e as edificações fronteiriças.	29
Figura 19: Elevação oeste da Museu da Cidade.	30
Figura 20: Perspectiva isométrica do Museu da Cidade.	30

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1 ENTRE O OUTEIRO DA PRAINHA E O DRAGÃO: UM BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	9
1.1 ANTECEDENTES	9
1.2 O DRAGÃO DO MAR E A NOVA IMAGEM URBANA DE FORTALEZA.....	13
1.3 A ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	16
2 MUSEU DA CIDADE DE FORTALEZA	20
2.1 PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FÍSICO-FUNCIONAL.....	20
3 PARTIDO ARQUITETÔNICO	24
3.1 IMPLANTAÇÃO	24
3.2 SISTEMA ESTRUTURAL.....	25
3.3 CONFORTO AMBIENTAL.....	26
3.4 GABARITO DE ALTURA.....	29
3.5 VOLUMETRIA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos anos iniciais desta década, foi criado, nas dependências do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, o Pater - Grupo de Estudos sobre o Patrimônio Cultural. Reunia entre seus membros estudantes (Cláudio Saraiva, Luana Pinheiro, Emanuel Cavalcanti, Murilo Cunha e este autor), dois arquitetos (Alexandre Veras e Dráulio Luiz Araújo) e o então professor substituto das disciplinas de História José Clewton Nascimento¹.

As discussões eram regidas por textos extraídos de obras de referência sobre o tema, a enfatizar, sobretudo, as questões da memória edificada e da gestão urbana de centros históricos presentes nas obras de Françoise Choay, Walter Benjamin, Ana Fani Carlos, Aloísio Magalhães, dentre tantos outros.

Nesta época, ainda que de forma imatura, surgiu a intenção em trabalhar como assunto do Trabalho Final de Graduação alguma área da cidade de Fortaleza cujo entorno apresentasse importantes exemplares ou conjuntos arquitetônicos de reconhecido valor cultural (tombados ou não). Não raro vinha-me à mente a antiga zona portuária da cidade, onde, a partir de 1998, torna-se foco de atenção de intelectuais e cidadãos em geral devido a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC. A obra, fruto da política do chamado “Governo das Mudanças” para a criação de uma nova imagem urbana para a capital cearense, teve repercussões espaciais significativas na área, concorrendo para a valorização imobiliária dos edifícios nas imediações, transformações no uso e ocupação do solo – com a proliferação de bares e restaurantes onde antes existiam ateliês e até residências, entre outros efeitos.

A construção deste novo equipamento urbano ensejou os mais acalorados debates dentre os integrantes do Pater, levando-nos a pensar em alternativas para projetos desta envergadura que pudessem coadunar dois aspectos principais:

1. O respeito ao patrimônio edificado localizado contíguo à área de intervenção;

¹ O comprometimento dos integrantes deste grupo com o estudo e as ações ligadas ao patrimônio cultural ficaria patente anos depois dado o ingresso de Alexandre Veras, Clewton Nascimento e Murilo Cunha no Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN.

2. A imposição de uma linguagem arquitetônica que, a um só tempo, viesse a se incorporar harmonicamente ao conjunto preexistente de prédios e marcar a contemporaneidade da intervenção atual.

Hoje, em um exame mais apurado, talvez somássemos a estes um terceiro tópico, mais afeito às experiências profissionais que todos os membros do Pater passaram desde a dissolução do grupo de estudos: a importância do papel dos arquitetos no desenho desta nova identidade urbana que se quer para Fortaleza, uma vez que a influência do processo de atração de capitais nacionais e estrangeiros para a cidade parece se não irreversível ao menos fora da esfera de nossa atuação direta.

Estes pontos foram centrais para a determinação não apenas da área de estudo, mas igualmente fundamentais para a escolha deste tema de TFG. Um Museu da Cidade, como instituição responsável por preservar a memória urbana e incentivar debates acerca do futuro desta urbe, deveria expressar em seu edifício o ensejo de conciliar temporalidades distintas.

Para tanto, fez-se antes necessário um breve exame sobre as características do local de intervenção, identificando-se os aspectos históricos, as repercussões políticas e territoriais da construção do CDMAC e as circunstâncias da inserção do terreno no ambiente construído preexistente (Capítulo 1).

O projeto arquitetônico em si será objeto de foco das partes seguintes deste documento, a saber:

- As finalidades e o programa físico-funcional do Museu da Cidade (Capítulo 2); e
- O partido arquitetônico, considerando-se a implantação do edifício, o sistema construtivo, o gabarito de alturas proposto, o conformo ambiental e, enfim, a volumetria (Capítulo 3).

1 ENTRE O OUTEIRO DA PRAINHA E O DRAGÃO: UM BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

1.1 ANTECEDENTES

A Praia de Iracema, alcunhada anteriormente de Praia do Peixe, foi até a década de 1920 – como a sua denominação já sugere –, local preferencial para moradia de jangadeiros e comércio de pescado. Lugar ermo, de poucas e singelas residências, situa-se na porção a leste do rio Pajeú, onde a ocupação rarefeita se apreende da Planta de Fortaleza desenhada em fins dos oitocentos (ver **Figura 1**).

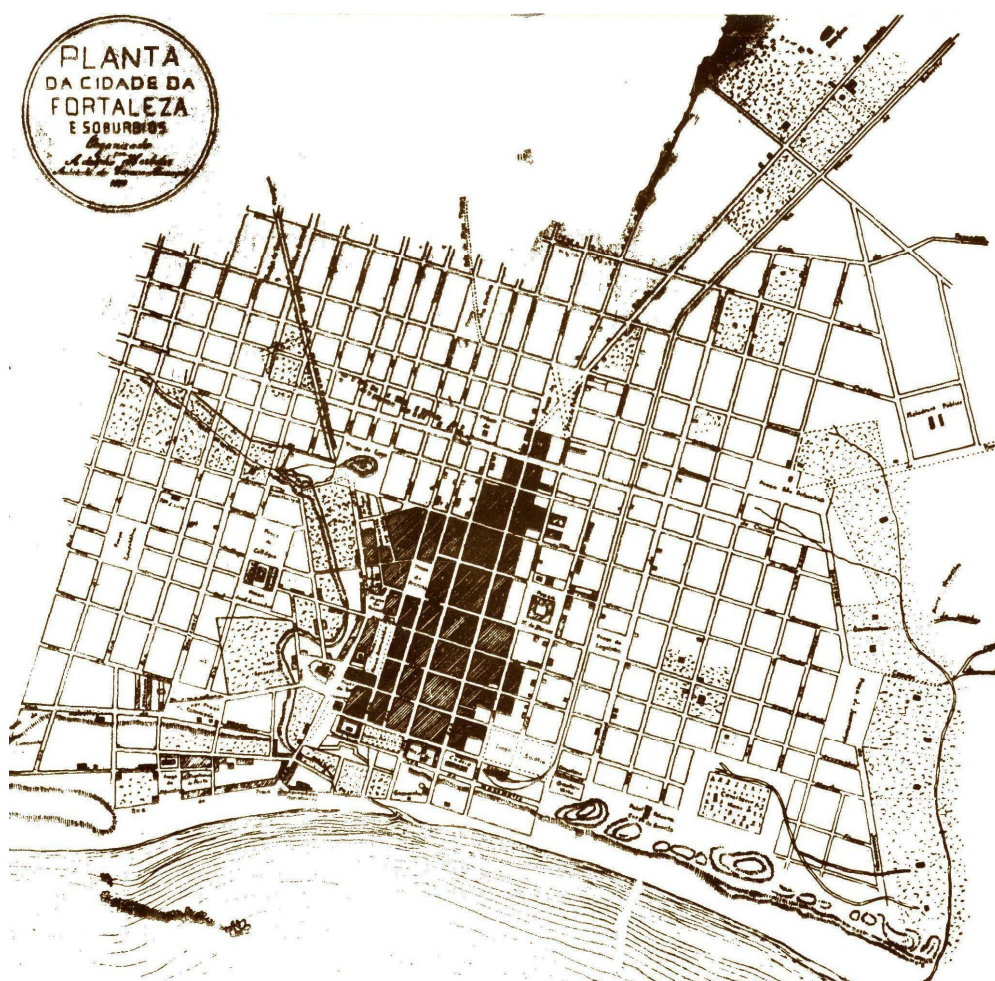


Figura 1: Planta da cidade de Fortaleza e subúrbios (1888), por Adolfo Herbster

Fonte: arquivo pessoal

A existência do cais da Prainha, ainda que precário, contudo, construído no primeiro quarto do século XIX, propiciava condições suficientes para proliferação de armazéns para guarda de produtos oriundos ou destinados especialmente aos países europeus, assim como de sobrados isolados de alto luxo nos quais se instalavam famílias de comerciantes.

Fidedigno ao retrato da época, Zuza, protagonista do romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, relata com emoção contida o então perfil da costa da capital cearense visto de um Vapor² rumo à Recife, com destaque para os edifícios do Seminário da Prainha e o solar dos Boris³ (CAMINHA, 1985:104).

Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, imitando a torre de um castelo medieval, cinzento e esguio; o seminário, por trás no alto da Prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passeio Público, com os seus três planos em escadarias; a S. C. de Misericórdia, branca, no alto; o Gasômetro; a Cadeia; e, por ali afora, o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros...

No embarque e desembarque de passageiros, a propósito, revelavam-se as mais sérias limitações do cais existente, impossibilitado de funcionar a contento devido a pouca profundidade do oceano naquele trecho. Agassiz (2000:407) em passagem pelo Ceará descreve-nos o problema em sua inteireza:

Chegamos ao porto do Ceará, sábado, 31 de março, às duas horas, e contávamos desembarcar imediatamente. O mar, porém, estava muito forte, a maré contrária e, durante todo o decorrer do dia, nenhuma jangada – essa singular embarcação que faz as vezes de canoa – se aventurou a chegar perto do nosso navio sacudido pela ressaca (...). Essa circunstância torna a atracação impossível para as embarcações durante o mau tempo ou durante certas fases da maré. Somente as jangadas (catamarãs) podem arrostar as ondas que sobre elas passam sem afundá-las. Às nove horas da noite, encostou ao nosso navio uma embarcação da alfândega, e, apesar da hora adiantada e o mar forte, resolvemos desembarcar, pois nos asseguraram que na manhã seguinte a maré nos seria desfavorável e que, se o vento continuasse, seria difícil, senão mesmo impossível, ir a terra. Não foi sem ansiedade, que já embaixo da escada, aguardei a minha vez para pular para a canoa. A onda, crescendo, levantava até o nível da escada, e, num instante, arrastava-a até vários metros de distância. Era necessário muito sangue-frio e agilidade para saltar no momento oportuno, e não foi sem grande sensação de alívio que me vi na embarcação e não no fundo do mar, sendo iguais as probabilidades para um e outro caso.

² Designação abreviada, usualmente utilizada na época, para os navios movidos a vapor.

³ A posição econômica da família Boris dentro da estrutural social da Fortaleza do início do século XX era de tal ordem de grandeza que populares jocosamente afirmavam ser o mar o “açude do Boris” (ADERALDO, 1986).

A fim de solucionar tais dificuldades dois recursos foram aventados durante os primeiros anos do século XX (Girão, 1997):

1. A Ponte Metálica, em 1906, e reformada em 1928; e
2. A Ponte dos Ingleses, concluída em 1922.

Ambas as alternativas, entretanto, continuavam a oferecer obstáculos quanto ao conforto e à segurança no traslado de pessoas dos navios à terra firme, feito então através de escada móvel.

Em paralelo a estes fatos, a partir da segunda década do século XX, os grupos mais abastados da cidade derrubaram os muros invisíveis que separavam Fortaleza de sua zona marítima desde as primeiras ocupações do território cearense, a fim de transformar a Praia do Peixe (convenientemente rebatizada para Praia de Iracema) em lugar de veraneio e lazer⁴ (ver **Figura 2**).



Figura 2: Foto da Praia de Iracema nos anos de 1930

Fonte: Arquivo Nirez

⁴ “A citada demanda se justifica na construção da capital do sertão, cidade situada no litoral e voltada para o interior, caracterizando o que se convencionou chamar de cidade litorânea-interiorana cujos vínculos mais marcantes se dão com o sertão, zona de origem das elites locais e de onde provinham os produtos exportados pelo porto, notadamente o algodão. Tal imagem, nascida da simbiose entre o sertão e o litoral, sustenta e alimenta uma abertura cultural da sociedade local em face das zonas de praia e sem perder suas características interioranas. Consiste em mudança de mentalidade que torna as zonas de praia atraentes para uma elite interiorana (originária e atrelada ao sertão) marcada pela influência dos costumes ocidentais” (DANTAS, 2004:73).

A construção do Porto do Mucuripe, em 1940, e os seus efeitos sobre o regime das correntes marítimas repercutiram de forma drástica na faixa praiana, diminuindo-lhe a extensão, dado o avanço das marés continente adentro, e a provocar a destruição de boa parte do casario localizado à beira-mar.

O balneário, assim, entra em franca decadência, com a mudança das famílias ricas para outros bairros, e a dos pescadores para o Mucuripe e Poço da Draga, bem como a transferência paulatina dos armazéns junto às áreas contíguas ao novo porto (DANTAS, 2004), abrindo oportunidades para que novos grupos se apropriassem daquele espaço. Desta forma, durante os anos de 1950 e 1980, a Praia de Iracema passa a ser freqüentada por boêmias as mais diversas, reunindo em um só lugar músicos, artistas e intelectuais⁵. Como atesta Schramm (2002), a introdução desta “cultura da noite” emprestou ao local certa identidade como reduto de contestação e práticas culturais alternativas.

De outro modo, os ares puídos de ruas e edificações, e os fazeres de má-fama (particularmente, a prostituição), serviriam de mote para os projetos de *requalificação urbana*⁶ empreendidos ali durante a década de 1990. Sob a tutela dos poderes municipal e estadual, podem-se elencar as principais ações de aformoseamento da Praia de Iracema – iniciadas e/ou realizadas entre os anos de 1994-1995, a saber:

1. O calçadão (ligando a Ponte dos Ingleses a orla urbanizada do Meireles);
2. A reconstrução do Estoril⁷;
3. A reforma da Ponte dos Ingleses; e
4. A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

⁵ Já afirmava Baudelaire que o artista “será o último a sair de qualquer lugar que possa resplandecer a luz, ressoar a poesia e fervilhar a vida” (BAUDELAIRE, 1996:23)

⁶ Neste trabalho, a expressão *requalificação* ou *revitalização urbana* é usada para designar toda e qualquer operação urbanística, chancelada e realizada pelos poderes públicos constituídos, com o objetivo de atrair investimentos privados para zonas da cidade havidas como degradadas, em benefício de segmentos sociais específicos e dentro de estratégias governamentais delineadas para a inserção das cidades no circuito turístico internacional.

⁷ Chamado de Vila Morena por seu primeiro morador, o pernambucano José de Magalhães Porto, a edificação de taipa construída em 1925 possuía dois andares e dava frentes ao mar. Durante a Segunda Guerra Mundial, veio a sediar o Clube dos Oficiais Americanos para logo após se tornar o afamado restaurante Estoril. Durante as fortes chuvas ocorridas na cidade em 1994, parte da antiga estrutura do prédio cedeu (Schramm:2002).

1.2 O DRAGÃO DO MAR E A NOVA IMAGEM URBANA DE FORTALEZA

Em 1987, na primeira eleição majoritária ocorrida no Ceará após o regime ditatorial (de 1965 a 1985), assume a governança estadual o grupo liderado por Tasso Jereissati, em cujo discurso defendia a idéia de rompimento com as forças conservadoras locais que dominaram a cena política cearense durante o período de exceção. Seus integrantes – oriundos em sua maioria do Centro Industrial do Ceará - CIC⁸ – delinearão as bases para modernização⁹ da máquina estatal através principalmente do saneamento das contas públicas e da introdução de instrumentos de gestão típicos da iniciativa privada.

Auto-proclamado de Governo das Mudanças¹⁰, este grupo empreendeu, ainda que mais solidamente apenas a partir de 1994, diversas ações com vistas a estabelecer uma nova imagem para o Ceará, em geral, e Fortaleza, em especial, como centro turístico. A Praia de Iracema passa a ser o *locus* preferencial para experimentações quanto à remodelação urbanística para fim. De acordo com Bezerra (2008),

As intervenções urbanísticas nesse bairro podem ser entendidas a partir da segunda metade dos anos 80, com a ascensão do grupo político liderado pelo então governador do Estado, Tasso Jereissati. Sua meta era implementar um novo tipo de administração, caracterizada pela busca da “modernização” do Estado do Ceará. Havia um interesse político em estabelecer a cidade de Fortaleza como um pólo turístico, por meio de uma política de atração de investimentos mediante incentivos fiscais e uma estratégia de Place Marketing.

(...)

O início dos anos 90 demarca o ápice da disputa administrativa entre os governos estadual e municipal, com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para suas obras de intervenção. Nesse sentido, o bairro Praia de Iracema tornou-se a “vitrine” destes modelos administrativos, que apresentavam como objectivo intervir no espaço urbano transformando áreas “degradadas” em lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo.

⁸ “A raiz da modernidade cearense, portanto, não se encontra inerente em suas elites políticas. Sendo o Ceará um Estado marginal no contexto do federalismo brasileiro, o seu mergulho na ideologia da modernidade se deve ao processo de treinamento e socialização de uma elite técnica preparada para uma administração racional do Estado”extraída, especialmente, dentre o quadro funcional do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (PARENTE, 1998:129).

⁹ Entenda-se o termo aqui em sua acepção vulgar, ou seja, a significar a substituição do antigo modelo de gestão política (baseado nas práticas clientelistas e autoritárias das elites de outrora) por outro alicerçado, ao menos em teoria, nos governos democráticos dos principais países do hemisfério norte, a exemplo dos EUA e Inglaterra.

¹⁰ Utilizado como slogan na campanha política local em 1986, o epíteto presta-se ainda nos dias atuais para denotar as gestões de Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998, 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994) frente ao governo estadual no Ceará.

Dentre planos e realizações produzidos no âmbito do governo estadual, podem-se destacar, na área da Praia de Iracema, duas intervenções levadas a efeito:

1. **Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1994/1999)** – idealizado pela Secretaria da Cultura, o projeto dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon consiste em uma tentativa de articulação entre a atividade turística, política cultural e renovação urbana (GONDIM:2000a) por meio da construção de um “complexo cultural” de 13.500,00 m² envolvendo museus, cinemas, anfiteatro, planetário, entre outros equipamentos (ver **Figura 3**).

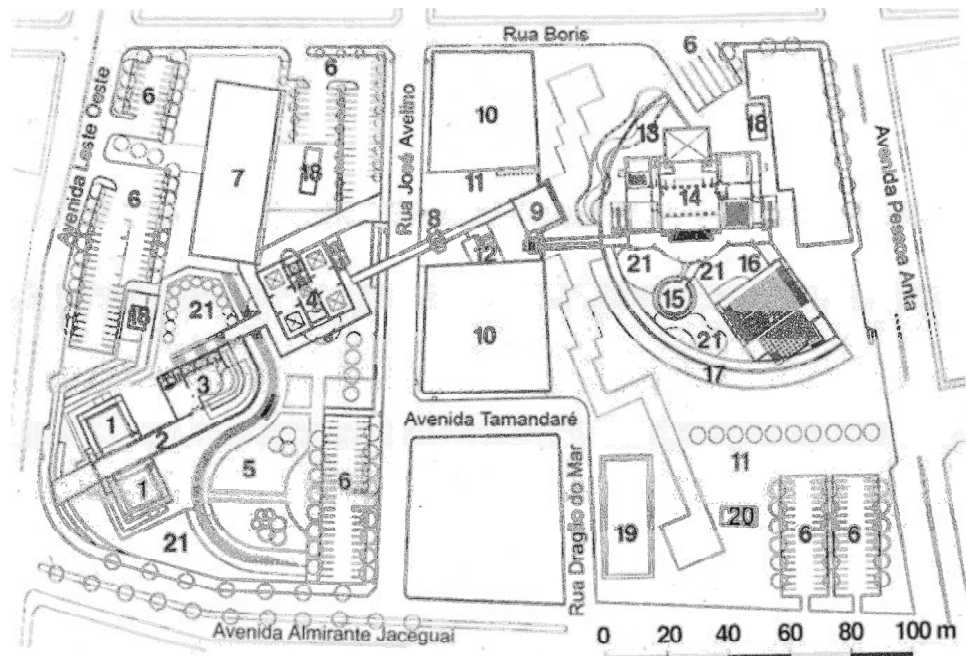


Figura 3: CDMAC e o seu entorno: (1) Memorial da Cultura Cearense; (2) Rua de pedestres; (3) Informações e livraria; (4) Museu de Arte Contemporânea; (5) Praça Verde; (6) Estacionamento; (7) Biblioteca Pública Menezes Pimentel; (8) Passarela metálica; (9) Café; (10) Sobrados antigos; (11) Praça Almirante Saldanha; (12) Palco; (13) Espelho d’água; (14) Auditório, teatro e cinemas; (15) Planetário; (16) Anfiteatro; (17) Rampa; (18) Subestação; (19) Quadra de esportes; (20) Bar do Avião; (21) Jardins. Fonte: Projeto Design, n.233, jun/1999, p.60-67 in BARBOSA (2006).

2. **Projeto Cores da Cidade (1998/1999)** – parceria entre o Governo do Estado, Tintas Ypiranga e Fundação Roberto Marinho objetivando a recomposição pictórica e de elementos de fachada de 56 imóveis localizados no entorno do CDMAC (estranhamente não foram incluídos no escopo do projeto o Seminário da Prainha e o Teatro São José).

Por motivos evidentes, dado o caráter superficial do Projeto Cores da Cidade, a construção do CDMAC passa a ser um ponto de inflexão não apenas na ocupação e no uso do solo de quadras próximas, mas sobretudo no desenho urbano da antiga zona portuária de Fortaleza. De fato, a valorização imobiliária que se seguiu à instalação do Dragão do Mar, somada ao alheamento dos poderes públicos para salvaguarda de usos desejáveis para aquela área, acarretou “na expulsão de usos ligados à cultura, como ateliês, galerias de arte e teatros (GONDIM, 2007:214), prevalecendo uma miríade de bares, boates e restaurantes.

Assim, a necessidade de usos combinados em uma zona urbana, defendida com brilhantismo por Jane Jacobs (2000), foi sumariamente ignorada, causando a ociosidade das ruas circunvizinhas, do próprio CDMAC (visto que as atrações oferecidas ao público ocorrem geralmente no período noturno) e da Praça Almirante Saldanha.

Quanto ao perfil do ambiente edificado preexistente, a massa edificada do CDMAC “não se integra visualmente com a Casa Boris, com a Alfândega e com os edifícios da Rua Dragão do Mar, comprometendo antigos marcos visuais” (ROCHA JR, 2000: 121) (ver **Figura 4**). Tal relação é defendida pelo arquiteto Fausto Nilo com os sinais trocados, ou seja, segundo o autor do projeto a existência do centro cultural, a despeito da alegada incompatibilidade entre as escalas do edifício e dos sobrados contíguos a ele, oferece visibilidade à arquitetura antiga antes subtraída dos olhares públicos (GONDIM:2007).



Figura 4: Foto aérea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e dos edifícios próximos.

Fonte: autoria desconhecida

1.3 A ÁREA DE INTERVENÇÃO

O exame dos fatores políticos que deram origem ao CDMAC, bem como o de suas repercussões no desenho urbano da Praia de Iracema, importa para este TFG por três principais motivos:

1. A ciência de que quaisquer projetos ligados ao lazer e/ou cultura provavelmente estarão inseridos na estratégia de *Place Marketing* elaborada para a área e atualmente em curso (a exemplo do projeto do Oceanário de Fortaleza – ver **Figura 5**);



Figura 5: Maquete eletrônica do Oceanário de Fortaleza, cuja obra se encontra atualmente prestes a ser licitada pelo governo estadual.

Fonte: Escritório de Arquitetura de Leonardo Fontenele

2. A relação do edifício com a ambiência preexistente, notadamente com as edificações de relevância histórico-culturais, que se dá por meio da valorização exacerbada do novo em detrimento do antigo;
3. Os novos usos advindos da instalação do CDMAC, a funcionar como ponto de atração de públicos diversificados (ao menos durante certos períodos do dia).

a) O terreno

Foram utilizados três lotes situados na quadra em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição (do Seminário da Prainha)¹¹, circunscritos à Avenida Monsenhor Tabosa e às ruas Almirante Jaceguai e José Avelino, nos quais se encontram edificações irrelevantes do ponto de vista da preservação de edificações históricas¹² (ver **Figura 6**). Com desnível acentuado (de 9 metros no sentido sul-norte), o terreno apresenta condições favoráveis à implantação em patamares e o descortino da paisagem em redor.



Figura 6: Foto aérea da área de intervenção.

Fonte: Gentil Barreira

b) O entorno imediato

As alturas dos edifícios e a sua cronologia tiveram papel fundamental no partido arquitetônico, possibilitando estabelecer as relações de escala entre o objeto deste TFG e,

¹¹ Perfazendo ao todo área equivalente a 6.192,76 m².

¹² Corrobora para esta afirmação mapa produzido pela 4ª. Superintendência do IPHAN acerca dos imóveis do Centro de Fortaleza e Praia de Iracema tombados e/ou de interesse ao patrimônio em nível federal, estadual e municipal (cedido pelo arquiteto e professor de arquitetura Romeu Duarte).

principalmente, três outras edificações: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (de estilo neoclássico, construída em 1839), o monumento a independência do Brasil (situado na Praça do Cristo Redentor e inaugurada no centenário da “libertação” do país do jugo português) e os armazéns da rua José Avelino (erigidos por volta da década de 1920, em estilo eclético, apresentando graus de preservação variados).

De modo geral, mediante visitas de campo e medições efetuadas no local, pode-se concluir que o gabarito de altura desejável para a intervenção deveria se restringir ao patamar de 21 m (na porção defronte à Igreja) e de 13 m no trecho marginal à rua José Avelino (ver **Figura 7** e **Figura 8**).



Figura 7: Estudo da altura das edificações no entorno da área de intervenção.



Figura 8: Estudo da cronologia das edificações no entorno da área de intervenção.

2 MUSEU DA CIDADE DE FORTALEZA

O Museu da Cidade, objeto deste TFG, foi idealizado à semelhança de seus pares espalhados pelo Brasil e mundo afora como instituição cultural com a finalidade primeira de fortalecer os processos de reconhecimento das identidades locais e o sentimento de pertença por meio da valorização e apropriação por parte dos fortalezenses de sua história urbana.

Também fazem parte de seus objetivos as seguintes ações:

- a) Promover a investigação e reflexão sobre a cidade de Fortaleza e suas múltiplas expressões culturais;
- b) Reconhecer a diversidade dos modos de viver e de agir dos fortalezenses;
- c) Difundir o conhecimento dos fatores socioculturais e econômicos preponderantes no surgimento e na recriação contínua da forma urbana local;
- d) Contribuir para a formação de massa crítica, dentre crianças e jovens, objetivando a apropriação da memória urbana como elemento imprescindível para a criação de uma cidade mais equilibrada social e economicamente.
- e) Criar um espaço de consulta e estudo sobre os principais aspectos da história urbana de Fortaleza.

2.1 PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FÍSICO-FUNCIONAL

A organização dos ambientes do Museu da Cidade se dá através de sua divisão em oito setores funcionais, distribuídos em oito pavimentos, a saber:

1. Estacionamento de funcionários (ver **Prancha 04/13**)

Localizado no subsolo, oferece 37 vagas para automóveis (sendo uma destinada às pessoas com necessidades especiais e outras duas aos idosos), 6 para motos e 12 para

bicicletas. Encontram-se, ainda, ali dispostos sala para guarda de arquivo passivo ou “morto”, área de controle de acesso de veículos, e casas de máquinas (bombas e gerador). Cumpre destacar que em virtude da existência do grande número de estacionamentos privados localizados no entorno do museu, assim como a possibilidade de o estacionamento ocorrer nos logradouros circunvizinhos – prática usual dentre os usuários do CDMAC e demais estabelecimentos da Praia de Iracema –, não foram criadas vagas para visitantes¹³ (ver **Figura 9**).

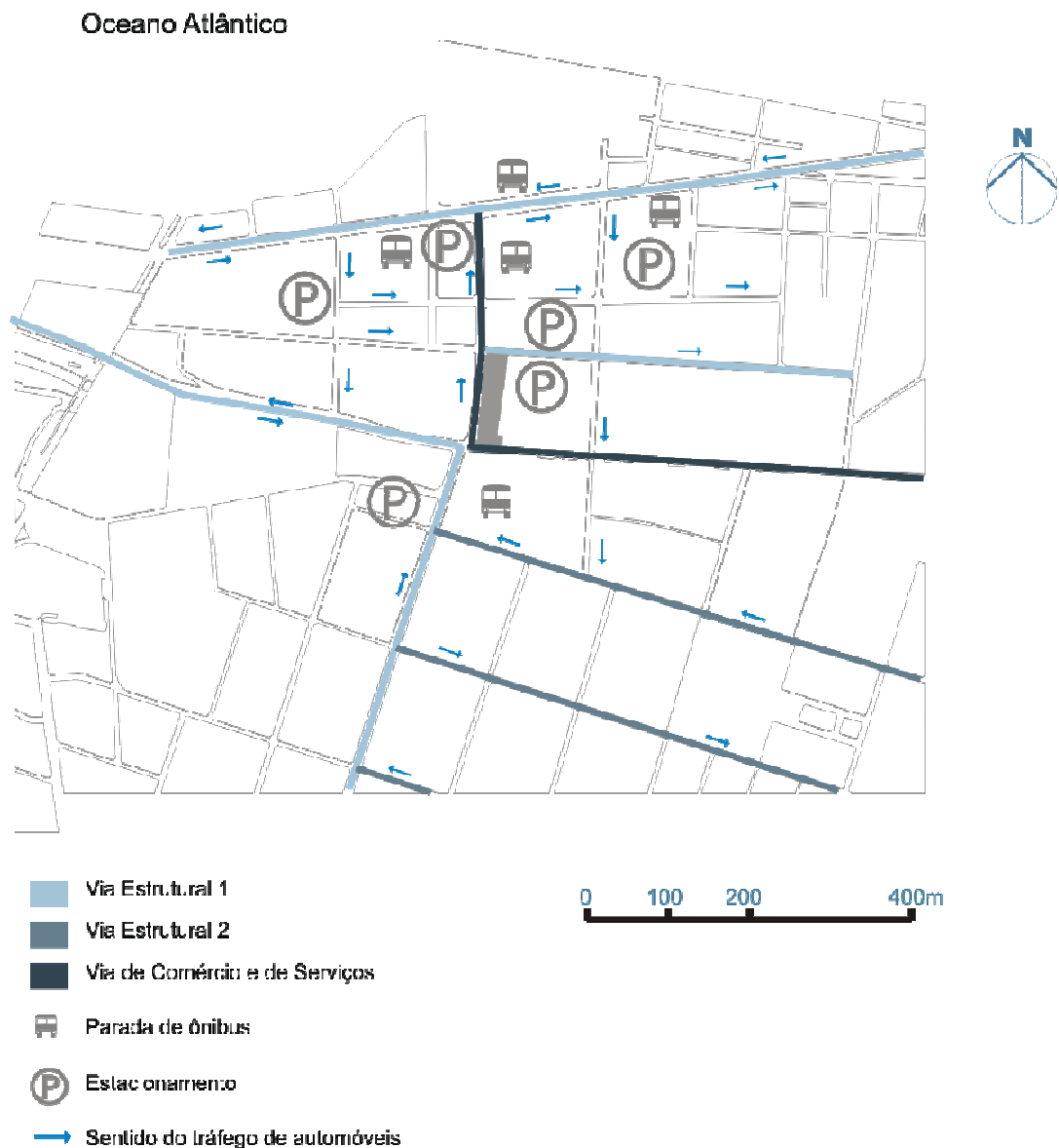


Figura 9: Mapa de acessibilidade - área de intervenção e entorno

¹³ A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza abre perspectivas para adoção de semelhante partido uma vez que coloca o número de vagas de estacionamento para museus como objeto de estudo.

Serviços (ver **Anexo B - Prancha 05/13**)

Neste setor encontram-se os ambientes de apoio e de trabalho ligados aos funcionários responsáveis pela carga, descarga e guarda dos materiais e equipamentos de exposição.

2. Administração (ver **Anexo B - Prancha 06/13**)

Ali estão localizadas as salas da Secretaria, Tesouraria, Museologia, Diretoria Geral e reuniões, contando com circulações amplas e arejadas.

3. Auditório (ver **Anexo B - Prancha 06/13**)

Projetado para 160 lugares, o auditório estará sujeito a abrigar tanto a eventos diretamente vinculados às exposições, quanto a acontecimentos de âmbito cultural, tais como seminários, colóquios, lançamentos de livros etc. Para tanto, dispõe de acessos compatíveis com a natureza de cada uso, possibilitando valer-se daquele espaço sem prejuízo às atividades corriqueiras do museu.

4. Oficinas (ver **Anexo B - Prancha 06/13**)

São quatro espaços multiuso com o objetivo precípuo para realização de *workshops*, separados entre si através de painéis a serem removidos em caso de necessidade do evento.

5. Exposições (ver **Anexo B - Pranchas 07/13, 08/13 e 09/13**)

O museu conta com três salas de exposição: uma destinada a mostra permanente e outras duas a instalações temporárias. A praça foi igualmente idealizada de modo a proporcionar a ocupação transitória por manifestações artístico-culturais que se coadunem com as finalidades da instituição.

6. Biblioteca (ver **Anexo B - Prancha 07/13**)

Com capacidade para a guarda de acervo de aproximadamente 8.400 exemplares (entre livros, edições raras e periódicos), a biblioteca foi situada próxima ao acesso principal de forma a facilitar o ingresso de seus usuários, independentemente dos demais acontecimentos ocorridos nas dependências do museu.

7. Restaurante / Café (ver **Anexo B - Pranchas 09/13 e 10/13**)

Trata-se de ambiente com pé-direito duplo, ao qual podem ser acomodadas 56 pessoas no restaurante do primeiro piso e 54 no mezanino onde funcionará o Café.

3 PARTIDO ARQUITETÔNICO

3.1 IMPLANTAÇÃO

O edifício do Museu da Cidade se situa no terreno de modo a criar dois acessos: ao sul, defronte à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao nível de **projeto +9m**, dá-se o ingresso de público às dependências do estabelecimento, assim como o pátio de carga e descarga de lixo, gás e recicláveis; e ao norte, ao **nível 0,00m**, no qual se localiza a admissão de funcionários e a carga e descarga de materiais/equipamentos destinado às exposições (ver **Figura 10 e Figura 11**).

Foram evitados quaisquer acessos a oeste devido às dificuldades apresentadas pela topografia (desnível de 9 metros) e a incidência solar direta no período vespertino.

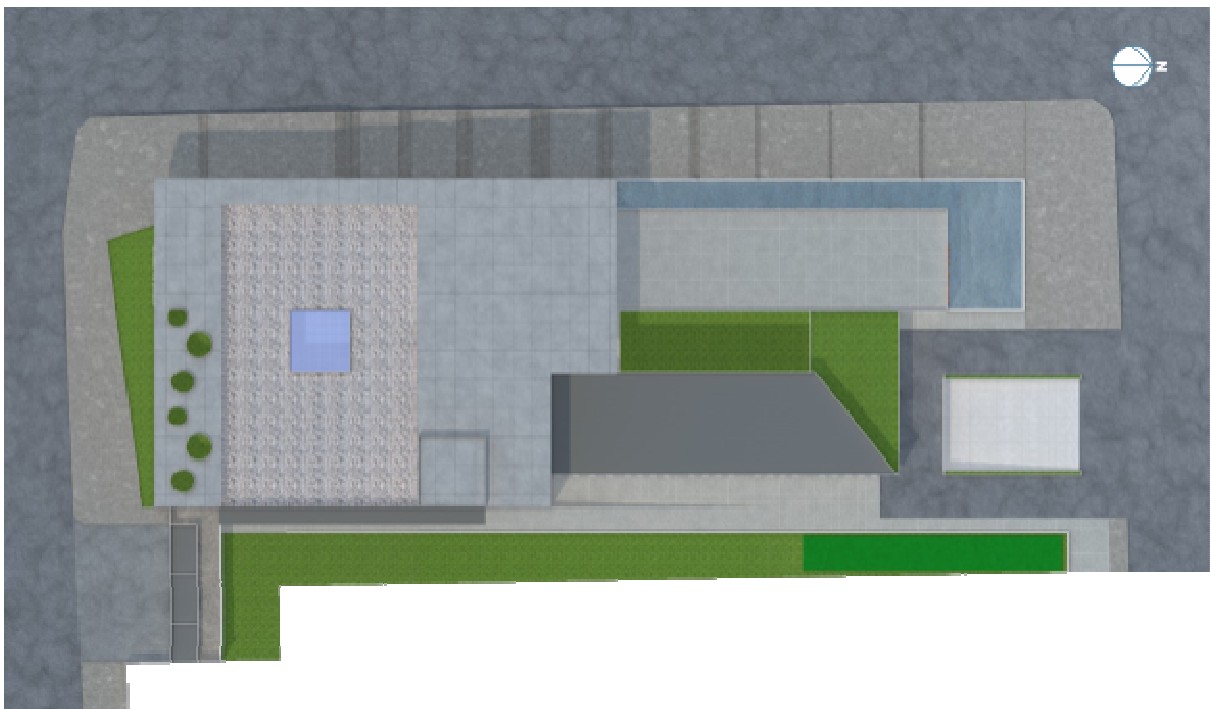


Figura 10: Implantação do Museu da Cidade no terreno.

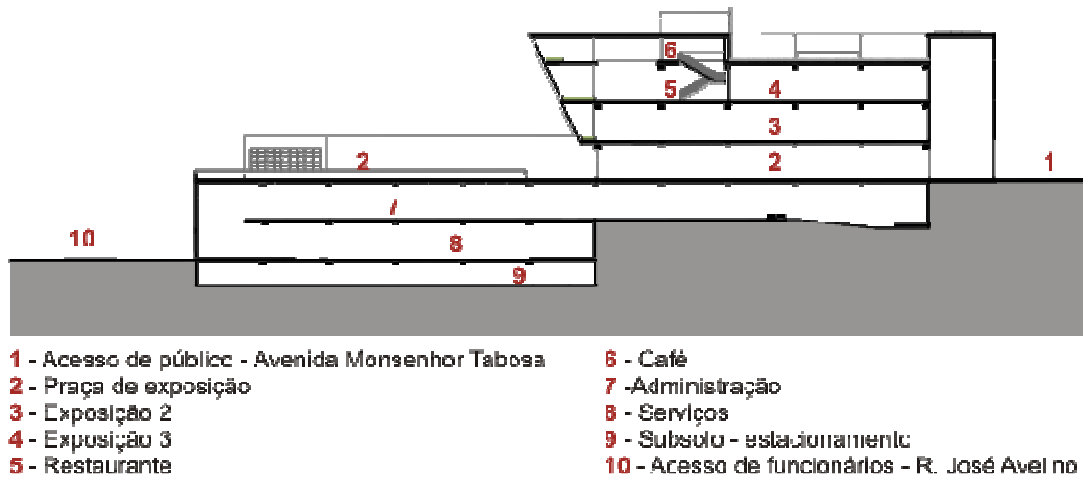


Figura 11: Corte longitudinal simplificado.

3.2 SISTEMA ESTRUTURAL

Visando a racionalidade construtiva, adotou-se grelha estrutural de 7,60 metros por 7,60 metros, alterada em certos segmentos por implicações na funcionalidade de alguns ambientes, tais como o auditório (trecho B-F), biblioteca (trecho I-M) e sala de exposições (trecho C-D) (ver **Figura 12**). O projeto contempla ainda a utilização de laje nervurada com vigas-faixa em concreto protendido.

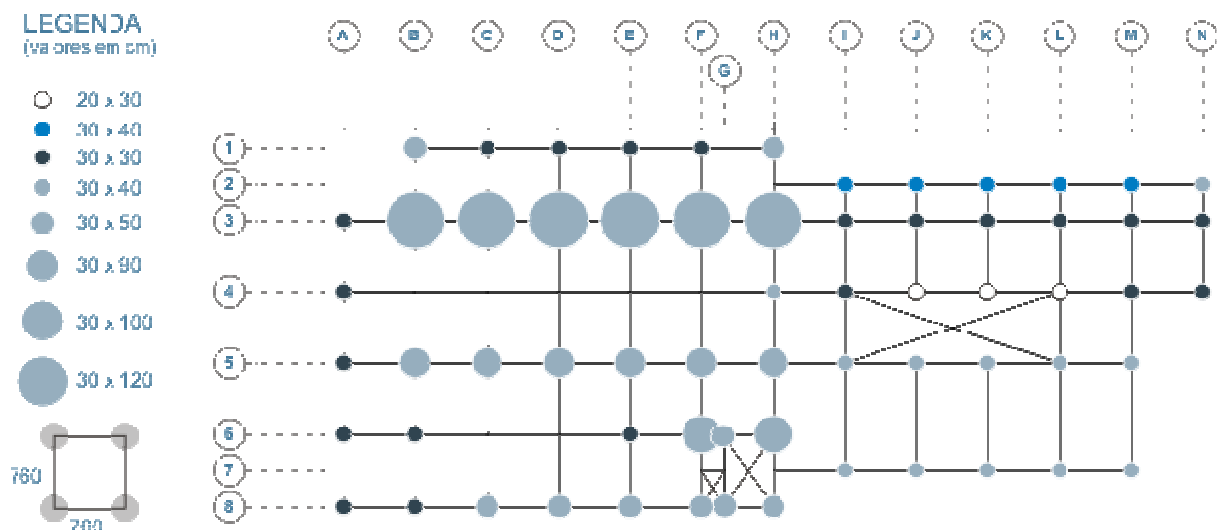


Figura 12: Pré-dimensionamento estrutural.

3.3 CONFORTO AMBIENTAL

A implantação do edifício no terreno acarretou no enfrentamento de duas questões centrais: a proteção dos ambientes internos dos efeitos da incidência solar no período da tarde e o aproveitamento – sempre que possível e/ou desejável – da ventilação e iluminação naturais (ver **Figura 13**).

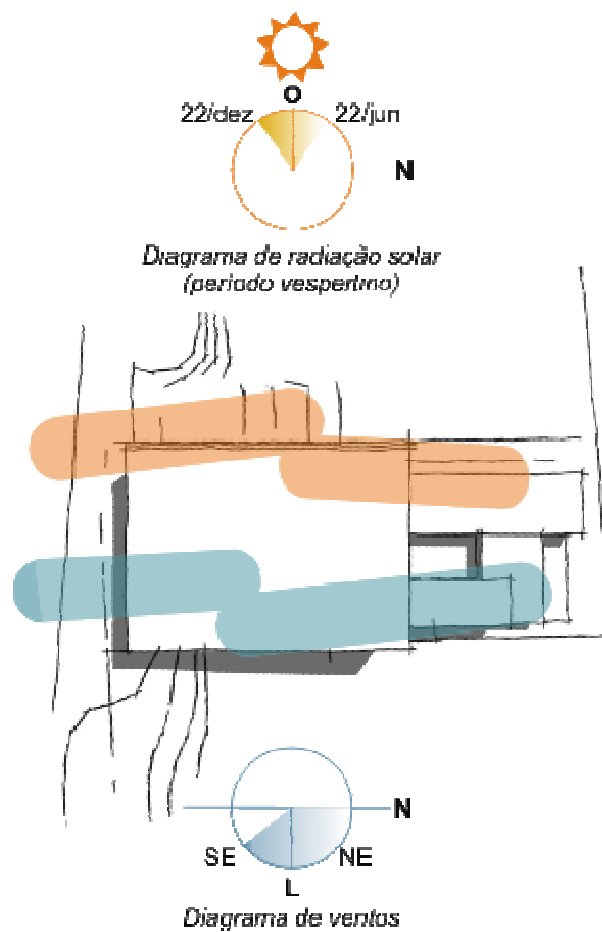


Figura 13: Estudo das condições bioclimáticas.

Embora a maioria dos ambientes do museu seja climatizada artificialmente, por injunções da preservação de seus acervos e instalações, aplicam-se ao projeto arquitetônico quatro soluções visando o bem-estar de seus usuários:

a) o afastamento do prédio principal – onde se localizam as salas de exposição, restaurante e café – da parede de vedação oeste, criando-se um bolsão de ar entre o exterior e as áreas de

ocupação, cuja sensação de refrigério proporcionada deve ser reforçada pela existência do espelho d'água (ver **Figura 14**);

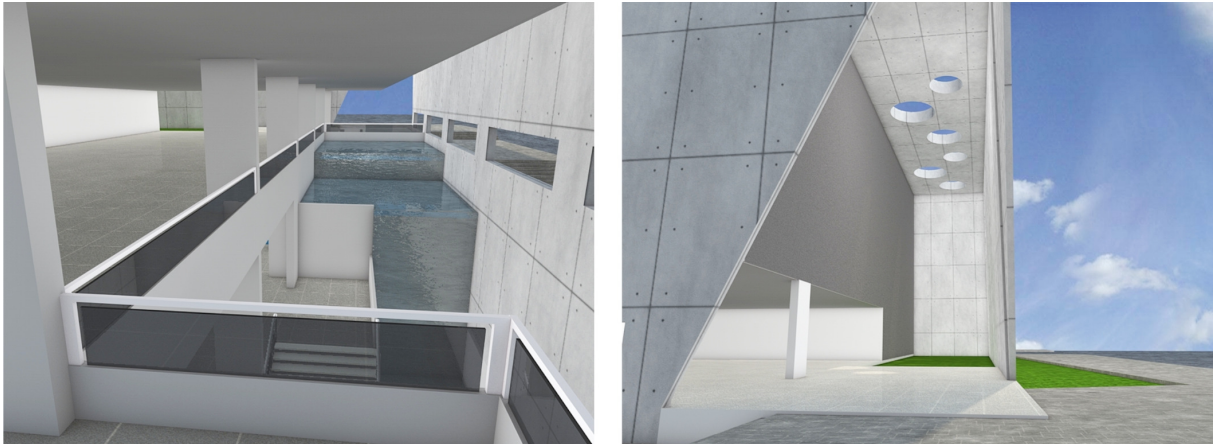


Figura 14: Recuos entre a parede de vedação externa e o bloco de exposições.

b) A criação de átrio central ajardinado ao redor do qual se articulam as circulações do subsolo até o piso da Exposição 1 (nível +9,00m) (ver **Figura 15**);

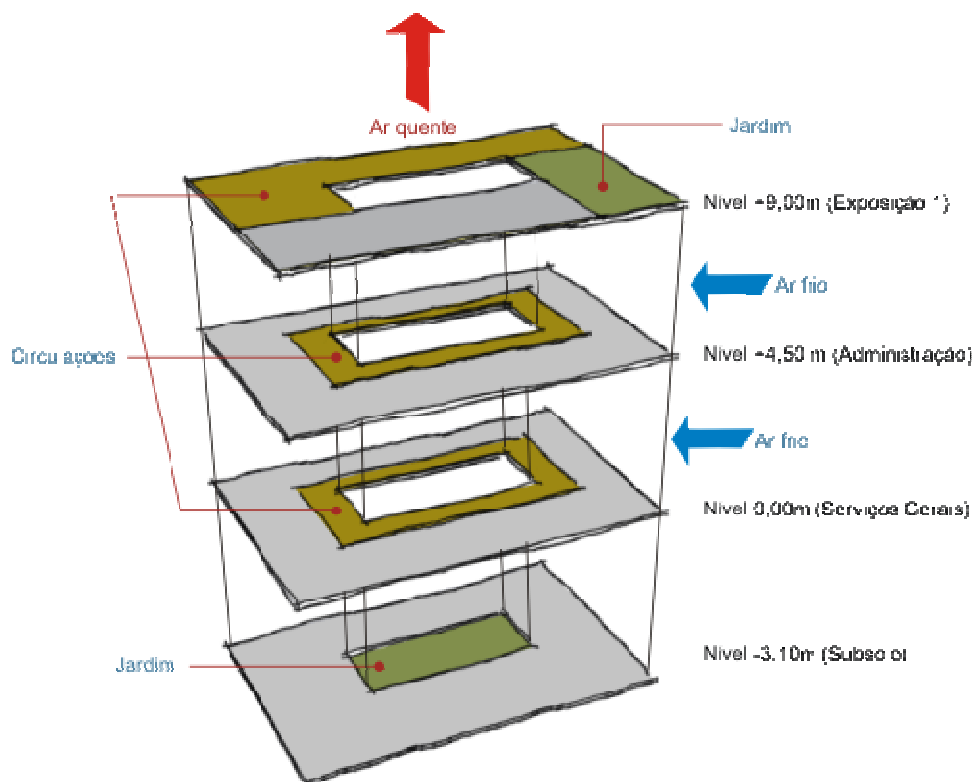


Figura 15: Croqui esquemático da concepção do átrio central.

c) A utilização de grelha metálica, situada na circulação externa de acesso ao auditório, a fim de diminuir a incidência solar na fachada oeste do edifício;

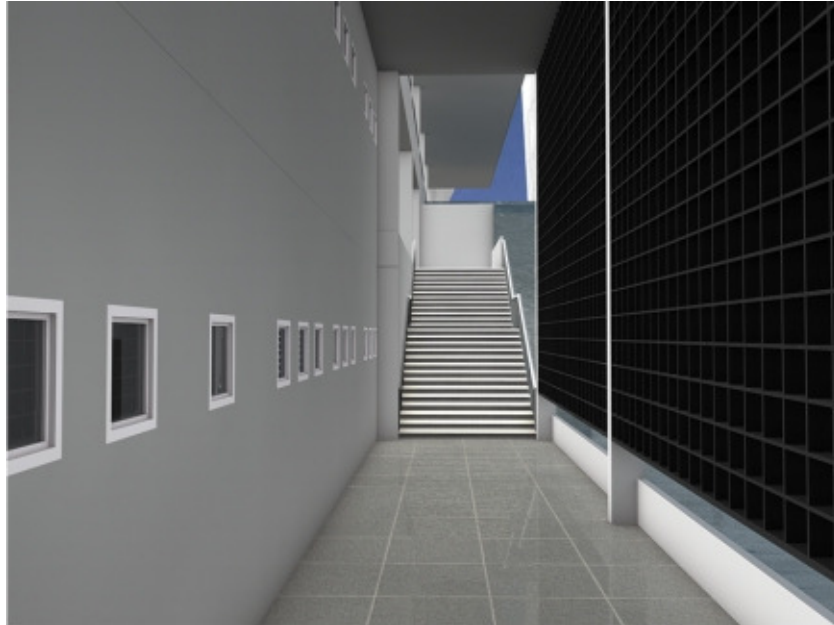


Figura 16: Circulação de acesso ao auditório (nível 0,00m).

d) A proposição de clarabóia perpassando as salas de exposição temporária e permanente com vistas ao usufruto da iluminação natural e a economia de energia elétrica (ver **Figura 17**).

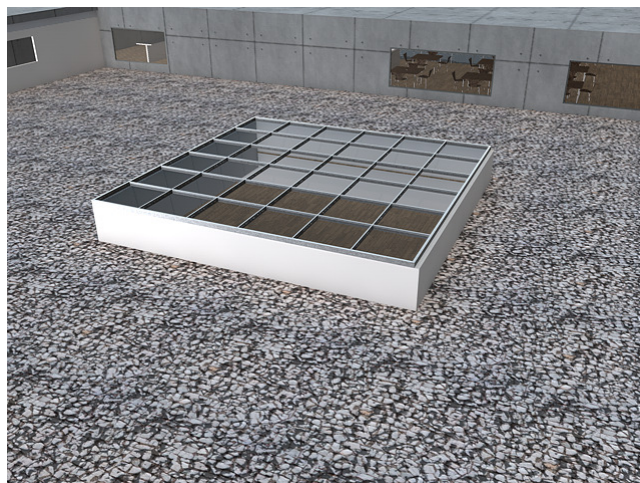


Figura 17: Vista da clarabóia.

3.4 GABARITO DE ALTURA

O projeto arquitetônico observou como limite ao cima da edificação proposta as distâncias verticais da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (cujas torres têm aproximadamente 21 metros de altura) e do conjunto de armazéns lindeiros à Rua José Avelino – contando entre a base e a platibanda comprimento médio de 13 metros (ver **Figura 18**).

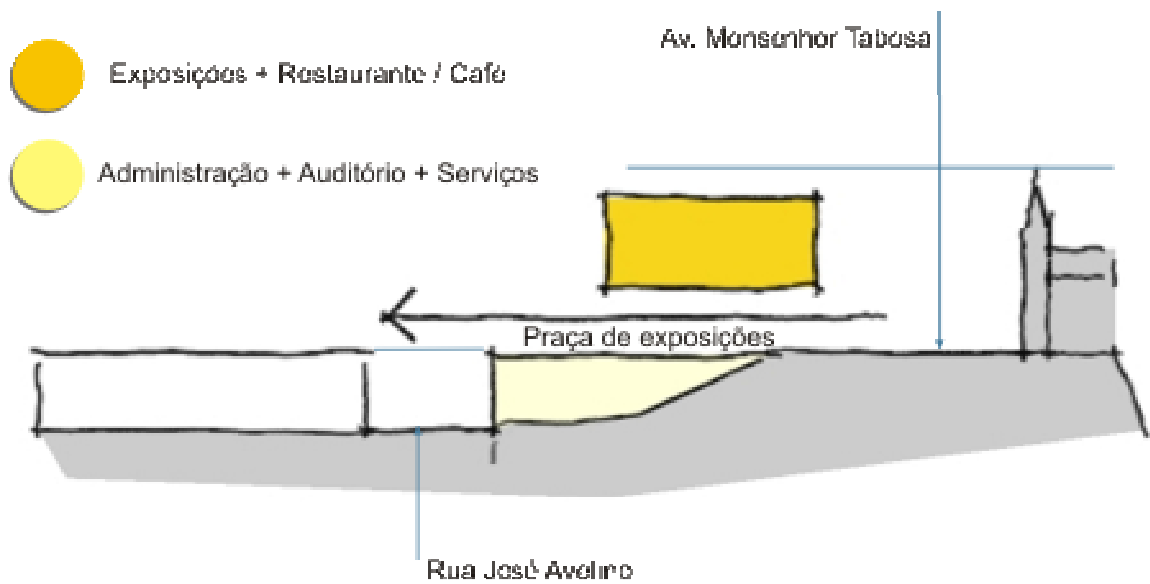


Figura 18: Croqui esquemático da relação entre o Museu da Cidade e as edificações fronteiriças.

3.5 VOLUMETRIA

Em poucas palavras, pode-se concluir que o edifício do Museu da Cidade compreende o jogo de quatro volumes: o primeiro, formado pela caixa semi-trapezoidal em concreto aparente, a qual abriga as exposições e o restaurante/café, e, abaixo da cota desta, os demais elementos, constituídos a partir da interseção de três prismas situados na periferia do átrio central (ver

Figura 19 e Figura 20).

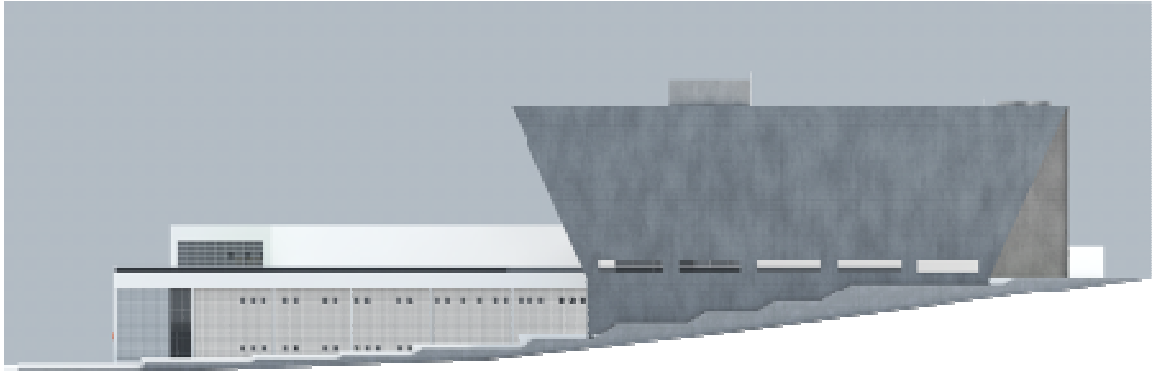


Figura 19: Elevação oeste da Museu da Cidade.

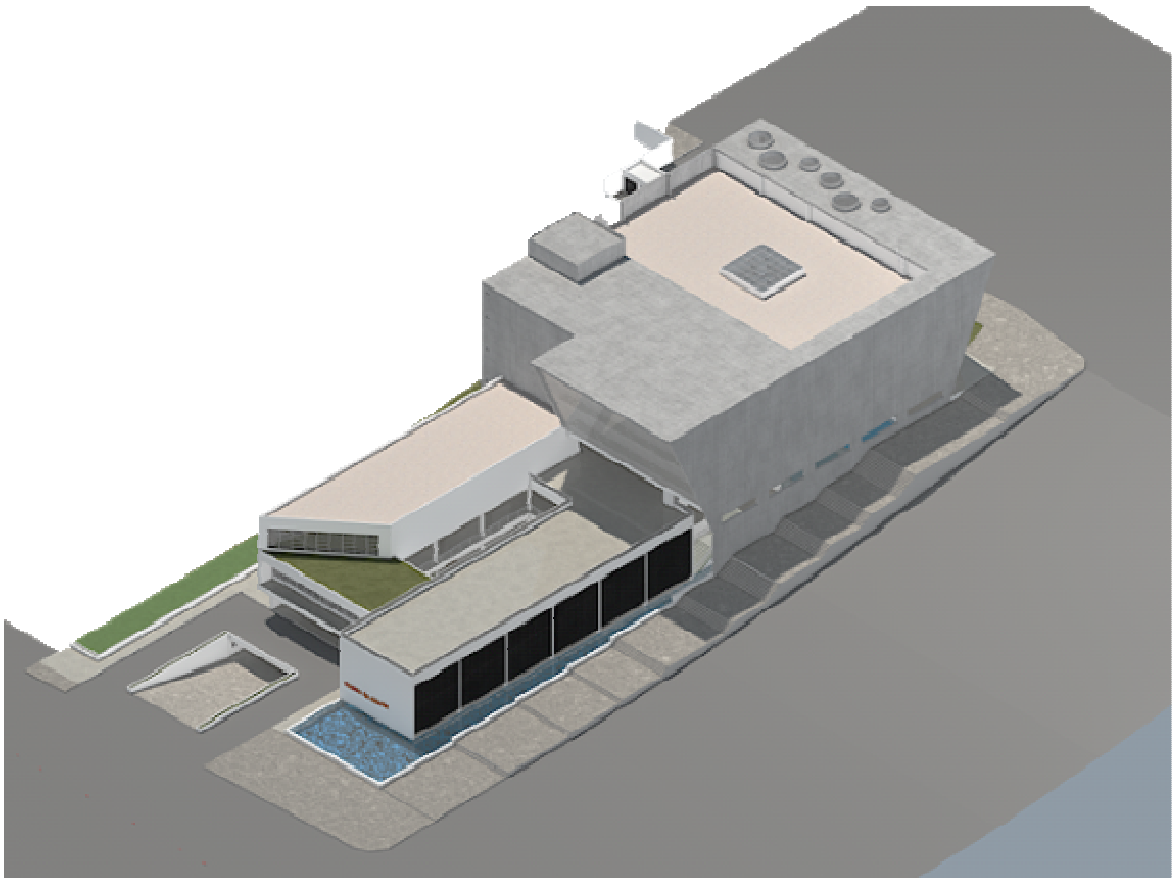


Figura 20: Perspectiva isométrica do Museu da Cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto arquitetônico do Museu da Cidade de Fortaleza, tema deste TFG, buscou responder a uma pergunta aparentemente singela: como deve se dá a introdução de novos edifícios em áreas históricas das cidades?

As alternativas passam, antes de tudo, pela compreensão dos processos de suposta valorização do patrimônio edificado, em particular, e da memória local, em geral, por meio da concepção, gestão e promoção de lugares com vistas a aumentar a atratividade de sítios históricos junto aos públicos internos e externos, posicionando-os com atributos de mercadoria (estratégia aqui denominada de *Place Marketing*).

A transformação de objetos de cultura em produtos de consumo e a criação de uma nova imagem urbana, ora em curso em diversas cidades brasileiras, como parte integrante das tentativas de inserção de núcleos urbanos na ciranda financeira internacional, materializam-se, sobretudo, através de intervenções urbanísticas pontuais, em sua maioria, e de alcance territorial restrito. A Praia de Iracema é exemplo da pertinência deste processo no Ceará, expressa quer pela remodelação de sua orla, quer pela construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC.

Aventou-se, neste trabalho, examinar algumas das repercussões da introdução do centro cultural na área, notadamente no que diz respeito a sua relação com o entorno e as mudanças no uso e ocupação do solo das quadras circunvizinhas. Concorreram para o estabelecimento de diretrizes para o projeto do Museu da Cidade dois aspectos não observados no CDMAC:

1. O respeito à contigüidade com edificações de relevância histórico-cultural, manifesta especialmente na relação entre gabaritos de altura e massas edificadas;
2. A criação de um equipamento de cunho cultural passível de utilização diuturna, isto é, com programações a serem realizadas ao longo de todo o dia.

Por fim, dada a concretização ou não destes pressupostos e de outros mais desvelados ao longo do documento e do projeto arquitetônico, o presente TFG busca responder a pergunta inicial aliando duas posturas simultaneamente: a humildade frente ao passado e certo arrojo na proposição de um edifício que traz no desenho a marca de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Periódicos

ABUL-EL-HAJ, J. A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 2000.

ADERALDO, M. S. Prainha, um bairro decadente. **Instituto do Ceará**, Anno C, p. 89-96, 1986.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865/1866. 1ª edição de 1869. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). Fortaleza de ontem e de hoje. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

BARREIRA, I.A.F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Análise Social*, jan. 2007, n.182, p.163-180.

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a Modernidade: O pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEZERRA, R.G. O Bairro Praia de Iracema entre o “Adeus” e a “Boémia”: Usos, Apropriações e Representações de um Espaço Urbano In VI Congresso Português de Sociologia, 25 a 28 de junho, 2008.

BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BONFIM, W. “De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará”, in PARENTE, J. & ARRUDA, J. M. (orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

CAMINHA, A. A normalista. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.

DANTAS, E. O mar e o marítimo nos trópicos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, Nº.15, p. 63-76, 2004.

CAPELO FILHO, J. Fortaleza Centro: Guia Arquitetônico. Fortaleza: Oficina de Projetos, 2006.

GIRÃO, Raimundo. Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1997.

GONDIM, L. Desenho urbano e imaginário sócio-espacial da cidade: a produção de imagens da “moderna” Fortaleza no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

(Relatório de pesquisa submetido à Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa). Fortaleza, 2000a, mimeo.

_____. O Dragão do Mar invade a Praia de Iracema.: desenho urbano como catalisador das imagens da cidade. Artigo apresentado no Encontro Latin American Studies Association. Miami, EUA, 2000b, mimeo.

_____. O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablumme, 2007.

JACOBS, J. Morte e vida nas grandes cidades. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Dissertações / Teses

BARBOSA, R.H. Fortaleza: arquitetura e cidade no final do século XX, dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARENTE, F. J. Do círculo católico ao centro industrial: conservadorismo e modernidade das elites cearenses, tese de doutorado, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROCHA JR, A. M. O mar e expansão de Fortaleza. Monografia submetida ao Curso de Especialização em Arquitetura/Instrumentação Crítica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

SCHRAMM, S.M.O. O território livre de iracema: nem só o nome ficou, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, Fortaleza, 2002.

Internet

FORTALEZA. **Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS**. Lei Nº 7.987, de 23 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências. Diário Oficial [do] Município de Fortaleza. Fortaleza, CE, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 12 jul. 2009.

FORTALEZA. **Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza**. Lei nº 5.530, de 17 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o código de obras e posturas do município de Fortaleza e das outras providências. Diário Oficial [do] Município de Fortaleza. Fortaleza, CE, 18 dez. 1981. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2009.

ANEXO A – PROGRAMA DE NECESSIDADES

MUSEU DA CIDADE – ÁREA ÚTIL DOS AMBIENTES POR PAVIMENTO				
Ambientes	Unidade	Área por ambiente	Quantificação	Área total
Subsolo (nível -3,10)				
Hall de acesso	m ²	-	01	101,13
Estacionamento	m ²	-	01	1.347,36
Controle	m ²	-	01	5,04
Sanitário	m ²	-	01	3,06
Casa de Bombas	m ²	-	01	13,74
Gerador	m ²	-	01	13,74
Fosso de iluminação e ventilação	m ²	-	01	177,60
Arquivo passivo	m ²	-	01	66,73
Térreo (nível 0,00)				
Recepção – serviços gerais	m ²	-	01	65,23
Chefia – serviços gerais	m ²	-	01	11,38
Almoxarifado	m ²	-	01	36,74
Vestiário (masculino/feminino)	m ²	31,98	02	63,96
Controle CFTV	m ²	-	01	36,77
Estar de funcionários	m ²	-	01	36,77
Copa de funcionários	m ²	-	01	19,95
Recepção – serviços museográficos	m ²	-	01	90,09
Empacotamento/desempacotamento	m ²	-	01	35,55
Inventário	m ²	-	01	17,66
Montagem	m ²	-	01	37,55
Reserva Técnica	m ²	-	01	62,10
Antecâmara - montagem	m ²	-	01	112,82
Hall dos elevadores	m ²	-	01	56,57
Carga e descarga	m ²	-	01	282,82
Pavimento Superior (nível +4,50)				
Recepção - administração	m ²	-	01	61,00
Sanitários (masc./fem.)	m ²	14,00	02	28,00
Sanitário PNE	m ²	-	01	3,98
Secretaria	m ²	-	01	17,15
Tesouraria	m ²	-	01	16,04
Museólogos	m ²	-	01	32,71
Diretoria geral	m ²	-	01	27,78
Reuniões	m ²	-	01	26,98
Estar / Copa	m ²	-	01	57,52
Oficinas 1	m ²	-	01	62,62
Oficinas 2	m ²	-	01	63,13
Oficinas 3	m ²	-	01	63,13
Oficinas 4	m ²	-	01	64,34

MUSEU DA CIDADE – ÁREA ÚTIL DOS AMBIENTES POR PAVIMENTO (CONTINUAÇÃO)				
Ambientes	Unidade	Área por ambiente	Quantificação	Área total
Pavimento Superior (nível +4,50)				
Foyer	m ²	-	01	245,09
Sanitários (masc./fem.)	m ²	17,62	02	35,24
Sala de som	m ²	-	01	13,40
Auditório	m ²	-	01	347,65
Copa	m ²	-	01	32,43
Gerador	m ²	-	01	13,74
Sanitários (masc./fem.) - copa	m ²	3,40	02	6,80
Exposição 1 (nível +9,00)				
Praça de exposições	m ²	-	01	1.296,39
Hall de recepção	m ²	-	01	149,29
Sanitários (masc./fem.)	m ²	17,62	02	35,24
Informações / controle	m ²	-	01	32,42
Exposição Temporária 1	m ²	-	01	360,95
Biblioteca	m ²	-	01	327,13
DML	m ²	-	01	5,40
Casa de máquinas/Ar-condicionado	m ²	-	01	23,78
Exposição 2 (nível +13,50)				
Hall de recepção	m ²	-	01	112,98
Exposição Permanente	m ²	-	01	949,23
Sanitários (masc./fem.)	m ²	17,62	02	35,24
Exposição 3 (nível +18,00)				
Hall de recepção	m ²	-	01	112,98
Exposição Temporária 2	m ²	-	01	616,96
Casa de máquinas/Ar-condicionado	m ²	-	01	61,27
Restaurante - mesas	m ²	-	01	240,47
Cozinha	m ²	-	01	141,50
Café (nível +22,50)				
Bar + mesas	m ²	-	01	240,47
Sanitários (masc./fem.)	m ²	20,87	02	41,74
Casa de máquinas	m ²	-	01	107,58

ANEXO B – PROJETO ARQUITETÔNICO